

**ILUSTRÍSSIMO(A) SENHOR(A) AGENTE DE CONTRATAÇÃO (PREGOEIRO)
DA SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES DO ESTADO DE
RONDÔNIA**

Ref.:

Pregão Eletrônico nº 008/2025

Processo Administrativo Eletrônico nº 008/2025

INOVE TURISMO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 45.339.142/0001-16, com endereço na Quadra SHCGN CLR QD 705, Bloco E, S/N, Asa Norte, Loja: 08, parte 0074, Brasília/DF, CEP 70.730-555, vem à presença de Vossa Senhoria, tempestivamente, apresentar suas **RAZÕES RECURSAIS** em face da decisão que **HABILITOU** a empresa **EDX SOLUÇÕES E SERVIÇOS LTDA.**, nos termos que seguem.

1. DA TEMPESTIVIDADE

A data limite para registro das **RAZÕES RECURSAIS** foi fixada pelo d. Pregoeiro como sendo o dia 03/09/2025, razão pela qual tem-se como tempestivas as presentes contrarrazões.

2. DOS FATOS

A habilitação da empresa **EDX SOLUÇÕES E SERVIÇOS LTDA.**, ocorreu cerceada de flagrantes irregularidades técnicas e documentais que comprometem a credibilidade de sua proposta e a confiança necessária de que o **ESTADO DE**

RONDÔNIA necessita, em especial se tratando de um serviço tão sensível como o de agenciamento de passagens.

A escolha de um fornecedor que não comprove adequadamente sua capacidade técnica e regularidade pode resultar em cancelamentos de reservas, emissão incorreta de bilhetes, prejuízos financeiros ao erário, comprometimento de eventos institucionais, atrasos logísticos, frustração de deslocamentos previamente programados e, em última instância, dano à imagem e à credibilidade do próprio órgão contratante. Trata-se de um serviço que exige precisão, agilidade, confiabilidade e articulação com diferentes redes de fornecedores, de modo que a ausência de comprovação técnica idônea — especialmente quanto à experiência com reserva de hospedagem, conforme exigido — configura risco real de inadimplemento contratual ou de execução deficitária.

No caso em apreço, observa-se de forma muito clara que o edital exige qualificação técnica para a prestação de serviços de **agenciamento de passagens rodoviárias**. Conforme o item 10.7.2 do Termo de Referência, é necessário comprovar a capacidade operacional do fornecedor na execução de serviços similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto da contratação. Essa comprovação deve ser feita por meio de certidões ou atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que demonstrem aptidão para serviços de agenciamento ou intermediação de viagens.

Contudo, os contratos apresentados pela empresa vencedora não são equivalentes ao objeto da licitação. De acordo com o item 10.7.2 do Termo de Referência, é exigida a comprovação de capacidade técnica por meio de atestados que demonstrem a execução de serviços similares ao objeto da contratação, ou seja, agenciamento de passagens rodoviárias intermunicipais.

Como se isso não bastasse, os contratos apresentados pela empresa vencedora possuem valores significativamente inferiores ao objeto licitado, demonstrando que, mesmo que fossem aceitos como comprovação de qualificação técnica, em descumprimento às exigências editalícias, os mesmos não refletem a complexidade, a abrangência ou a escala do serviço exigido, retratando uma evidente falha na comprovação da qualificação técnico-operacional, requisito essencial para a habilitação.

Portanto, os contratos anexados pela empresa vencedora possuem valores inferiores ao objeto licitado, o que sugere que eles não são equivalentes em termos de complexidade e abrangência.

Nesse sentido, destaca-se que o item 10.7.2 exige que os atestados ou contratos apresentados comprovem a execução de serviços similares em complexidade e escala ao objeto da licitação, o que não restou comprovado pela Recorrida.

Além disso, a ausência de atestados ou certidões que demonstrem a execução de serviços compatíveis com o objeto licitado configura descumprimento das exigências do edital, ocorrendo a sua habilitação em flagrante prejuízo à isonomia e à competitividade, uma vez que, a empresa não atende aos requisitos técnicos exigidos no edital.

3. DOS ITENS DO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO INFRINGIDOS

O edital exige, no item 10.7.2, a apresentação de atestados de capacidade técnica que comprovem a aptidão para a execução de serviços similares ao objeto da licitação, conforme transcrito abaixo:

10.7.2. Qualificação Técnico-Operacional

10.7.2.1. Comprovação da capacidade operacional do fornecedor na execução de serviços similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidão(ões) ou atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

10.7.2.2. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

1) Comprovação de aptidão para execução de serviço de intermediação de viagens, equivalente ou superior ao objeto desta contratação, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

Contudo, conforme transcrito anteriormente, a Recorrida não apresentou os atestados exigidos, limitando-se a anexar contratos que, além de não atenderem ao requisito de atestados, possuem valores inferiores ao objeto licitado, não comprovando a capacidade técnica necessária para fins habilitatórios.

Como se isso não bastasse, os contratos anexados pela empresa vencedora possuem valores significativamente inferiores ao valor estimado do contrato (R\$ 78.000,00), o

que demonstra que não são equivalentes em complexidade e abrangência ao objeto licitado, violando o requisito da similaridade exigida no edital.

Dessa forma, a habilitação de uma empresa que não atende aos requisitos técnicos obrigatórios compromete a isonomia do certame, prejudicando os concorrentes que apresentaram documentação em conformidade com o edital. Além disso, a ausência de comprovação técnica adequada pode acarretar riscos à execução do contrato, prejudicando o interesse público.

4. DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS

Dessa forma, de acordo com o que se pode observar, **a empresa não atendeu as exigências previstas em edital**, ferindo a isonomia do processo licitatório e o princípio da **vinculação ao instrumento convocatório**, em desacordo com aquilo que prevê a Lei 14.133/2021 e o próprio edital.

Ao não atender as exigências editalícias não cabe uma alternativa que não seja a inabilitação da Licitante, o que deve ocorrer em respeito aos preceitos legais e às regras do edital, que se encontrava estritamente vinculada.

Nestes termos, ensina-nos o Mestre Hely Lopes Meirelles que o Edital “**é a lei interna da licitação, e, como tal, vincula aos seus termos tanto os licitantes como a Administração que o expediu**” (Meirelles, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. 37ª Edição. São Paulo:Ed. Malheiros, 2011).

O artigo 5º da Lei 14.133/2021 ratifica o referido mandamento ao descrever que:

Lei nº 14.133/2021

Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da **vinculação ao edital, do julgamento objetivo**, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).

(Grifou-se).

Destarte, Irene Nohara assim descreve sobre o assunto:

NOHARA, 2022¹

Assim, a inobservância do princípio de vinculação ao instrumento convocatório pode provocar nulidade do ato. Pode-se dizer que o princípio da vinculação ao edital possui tríplice influência: (1) do princípio da legalidade, que possui maior rigor e formalidade no âmbito da licitação; (2) do princípio da isonomia entre os licitantes, que devem ser tratados de forma igual; e (3) do julgamento objetivo com base em critérios preestabelecidos, pois **nem a Administração nem os particulares podem ignorar as regras presentes no edital.**

(Grifou-se).

No mesmo sentido, Rocha assim descreve:

ROCHA, 2024²

O instrumento convocatório, também designado edital, é a denominada lei interna da licitação, que vincula a todos, Administração e licitantes. **As regras previstas no edital são de observância obrigatória e não podem ser alteradas unilateralmente pela Administração. Eventual correção do edital exige a reabertura de prazo para apresentação de propostas, desde que a alteração afete a elaboração das propostas.**

(Grifou-se).

Portanto, cabe à Administração Pública pautar-se por critérios objetivos no julgamento das propostas, em estrita obediência às previsões editalícias, as quais se encontra vinculada.

Não sendo por demais repisar que a **Recorrida** efetivamente não cumpriu requisito

¹ NOHARA, Irene. **Capítulo 8. Princípios** In: NOHARA, Irene. **Licitação e Contratos Administrativos - Vol. 6 - Ed. 2022**. São Paulo (SP): Editora Revista dos Tribunais. 2022. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/doutrina/licitacao-e-contratos-administrativos-vol-6-ed-2022/1712827906>. Acesso em: 6 de Janeiro de 2025.

² POZZO, Augusto; ROCHA, Sílvio. **Capítulo III. Processo Administrativo Licitatório** In: POZZO, Augusto; ROCHA, Sílvio. **Curso de Direito Administrativo - Ed. 2024**. São Paulo (SP): Editora Revista dos Tribunais. 2024. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/doutrina/curso-de-direito-administrativo-ed-2024/2587274247>. Acesso em: 5 de Janeiro de 2025.)

necessário da proposta, **DESCUMPRINDO DE FORMA OBJETIVA** os critérios estabelecidos no edital, algo que em hipótese alguma pode ser considerado como um excesso de rigor, pois trata de uma regra que visa comprovar por parte da licitante se ela está apta ou não a entregar os produtos ofertados.

Em relação ao tema, cumpre destacar o entendimento do egrégio Tribunal Regional da 4ª Região:

TRF4

EMENTA: APELAÇÃO. MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. **PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO. NULIDADE DA DECISÃO ADMINISTRATIVA. PENALIDADES AFASTADAS.** 1. É cediço que dentre os princípios regentes do procedimento licitatório, destacam-se os da isonomia e da vinculação ao instrumento convocatório (3º e 41 da Lei nº 8.666/1993), os quais **vinculam, não só os licitantes, como também a própria Administração, cuja atuação deve ser balizada pelos critérios objetivos definidos no edital.** 2. Não sendo descumpridos os termos editalícios, impositiva a nulidade da Decisão Administrativa, bem como as penalidades aplicadas à parte demandante. 3. Sentença mantida. (TRF4, ApRemNec 5005203-86.2023.4.04.7117, 4ª Turma, Relator LUÍS ALBERTO D'AZEVEDO AURVALLE, julgado em 14/08/2024) (Grifou-se).

Assim, conforme plenamente consabido, reitera-se que o edital é a lei interna da licitação, tanto os participantes quanto a Administração Pública estão vinculados aos termos nele consignados.

A alteração das regras do edital em meio ao processo licitatório, como ocorrido no caso em apreço, representa flagrante ofensa ao princípio da isonomia, na medida em que propõe conceder à empresa Recorrida tratamento diferenciado daquele dispensado às demais licitantes que concorreram nas mesmas condições e submeteram-se às exigências nele contidas, como é o caso da Recorrente.

5. DOS PEDIDOS

Diante do exposto, a empresa **INOVVE TURISMO LTDA** requer o provimento do presente **RECURSO** e, diante disso, a declaração de **INABILITAÇÃO** da empresa **EDX SOLUÇÕES E SERVIÇOS LTDA**.

Nestes termos,
pede deferimento.

Brasília/DF, 03 de setembro de 2025.

INOVVE TURISMO LTDA
CNPJ n. 45.339.142/0001-16